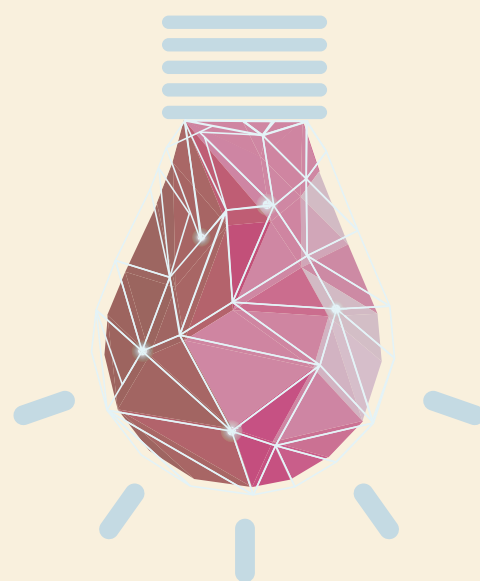


**INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Transtornos Específicos de Aprendizagem

Elaine Cristina de Moura
Rodrigues Medeiros



APRESENTAÇÃO

Ensinando a inclusão

As cartilhas que compõem esta coleção destinam-se a formar uma consciência mais do que a ensinar procedimentos pedagógicos. O projeto “Desenvolvimento e validação de material instrucional para a orientação de docentes do ensino superior nos processos de ensino a alunos com necessidades educacionais especiais” é disso uma boa comprovação. Claro, este é o seu objetivo mais imediato: facilitar rotinas pedagógicas na tarefa de incluir no todo da UFRN pessoas com necessidades especiais de aprendizados.

Coordenado pela professora Izabel Hazin, do Departamento de Psicologia, dele se poderia dizer que suas cartilhas se destinam a ensinar a ensinar. Porém, dizendo que elas pretendem formar consciência, quero ressaltar que ajudarão a consolidar uma política de inclusão que tem revelado resultados absolutamente animadores em nossa instituição.

Não tenho qualquer dúvida de que o seu lançamento – e a importância pedagógica que contém – vem ao encontro de marcantes realizações no contexto dos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, significando, afinal, um fruto concreto da política mencionada.

O esforço de que resultam é merecedor do nosso aplauso e do reconhecimento de todos. E não tenho dúvida de que a sua utilização tornará mais eficazes as rotinas pedagógicas no campo da inclusão, justificando a avaliação positiva que temos merecido nesta área.

Que venham outros materiais dessa mesma natureza no futuro. E que a política de inclusão aqui desenvolvida acolha mais e mais estudantes que, por serem pessoas com necessidades educacionais especiais, injustificada e irresponsavelmente eram mantidos à margem do estudo superior à falta de uma política efetiva e dos meios efetivos para praticá-la.

Profa. Dra. Ângela Maria Paiva Cruz

Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prefácio

A trajetória da inclusão em ambientes regulares de ensino constituiu-se enquanto realidade brasileira já na década de 1990. A partir desta data, Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes foram promulgadas. Tal conjunto de documentos oficiais busca garantir a igualdade, a equidade e o respeito à diversidade, sendo estes pilares centrais de uma perspectiva inclusiva.

Porém, tal movimento esteve em seus primórdios basicamente circunscrito à educação básica, apenas adentrando no âmbito das universidades nos últimos anos. A reivindicação das pessoas com necessidades especiais pelo direito de ingressar, permanecer e finalizar o seu curso é hoje uma realidade para o ensino superior brasileiro.

A construção de uma universidade inclusiva exige uma revisão de conceitos e preconceitos, exige um reinventar dos espaços de aprendizagem. Trata-se de processo cuja pactuação precisa ser coletiva e constante. Para tanto, o primeiro passo na garantia deste direito é o conhecimento, é o reconhecimento da diferença, é o enfrentamento de suas idiosincrasias. A compreensão das diferentes necessidades especiais previstas em Lei é condição *sine qua non* para que gestores, professores, técnicos e estudantes participem da construção de rotas de aprendizagem e desenvolvimento diferentes daquelas denominadas típicas.

Buscando contribuir com este cenário complexo, o conjunto de cartilhas ora ofertado à comunidade universitária é produto de Edital da PROGRAD-UFRN, cujo objetivo foi a melhoria da qualidade de ensino no âmbito dos cursos de graduação. Idealizado pelo Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN-UFRN) e pela Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE-UFRN), resultado da parceria de professores, pesquisadores e técnicos, oriundos de diferentes Departamentos da UFRN, este produto coletivo, tecido a muitas mãos, se apresenta como ferramenta de empoderamento do professor em sala de aula, auxiliando-o, durante o exercício do seu ofício, na tarefa nobre e cotidiana de lidar com a diversidade, em todas as suas nuances.

As cartilhas contemplam os domínios da Deficiência Visual, Surdez, Altas Habilidades, Transtorno do Espectro do Autismo, Transtornos de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Saúde Mental. A estrutura de cada volume traz informações conceituais, dados legais, orientações didático-pedagógicas e links úteis.

Por fim, reflete-se acerca dos embates envolvidos no processo de diagnóstico. Apontado por muitos como rotulação, despersonalização e estigmatização, defende-se aqui que o grande desafio não está no diagnóstico em si, mas no uso que uma cultura faz dele. A defesa da diversidade de formas de existências qualitativamente diferentes, independentemente dos nomes que recebem, não passa necessariamente por transformar o humano numa vivência homogênea, mas sim, no reconhecimento de formas de ser e estar no mundo, formas de aprender e se desenvolver que seguem caminhos diversos.

Compreender o funcionamento idiossincrático destas formas de experiência é essencial para darmos os primeiros passos na direção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, pois não se inclui negando a diferença, se inclui ofertando espaços de aprendizagem que garantam a equidade.

Em tempos de ameaça à universidade pública, gratuita e de excelência para todos, este conjunto de cartilhas reafirma o nosso papel e compromisso com a ciência e com a sociedade. Fica o convite à leitura, ao enfrentamento e à transformação dos espaços universitários, garantindo plenamente, no chão da sala de aula, o direito garantido no papel aos estudantes. Direito que precisa ganhar corpo para poder dar asas àqueles que experienciam voos cujas rotas são distintas daquelas costumeiramente observadas.

Profa. Dra. Izabel Hazin

Professora do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRN)
Coordenadora Geral do Projeto

SOBRE A AUTORA

Elaine Cristina de Moura Rodrigues Medeiros

É doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2018); mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2017). É especialista em Educação Especial pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2011); especialista em Matemática do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2010). É graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2008) e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA-CE (2005). Atualmente Atua como Pedagoga Institucional integrando a Comissão Permanente de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) e como professora da Rede Municipal de Educação de Natal.

INFORMAÇÕES CONCEITUAIS

O modo como o ser humano aprende vem sendo estudado cientificamente desde o século XIX, e mais intensamente a partir de meados do século XX, quando estudiosos tentaram explicar como se desenvolve o processo de aprendizagem do ser humano.

É frequente entre as teorias a afirmação de que a aprendizagem ocorre em uma evolução dada a partir da interação de fatores maturacionais, neurobiológicos, emocionais e ambientais. Com isso, a inter-relação entre eles suscitará novos comportamentos e aprendizagens (CIASCA, 2003).

Atualmente, é consenso que cerca de cinco por cento dos estudantes matriculados no mundo apresentam transtorno específico da aprendizagem, seja ele da leitura, matemática ou expressão escrita. Esse grupo é muito heterogêneo, tendo em vista que muitas vezes apresentam mais de uma dificuldade acadêmica (CIASCA, 2015).

Identificar os transtornos específicos da aprendizagem é uma tarefa complexa, tendo em vista que a sua apresentação envolve habilidades cognitivas difíceis de serem quantificadas, que podem ser variáveis em cada indivíduo.

No entanto, considerando a variabilidade no tempo de desenvolvimento de cada um, em um determinado momento da vida o indivíduo com um transtorno específico da aprendizagem alcançará o seu limite evolutivo e passará a demonstrar dificuldades em suas habilidades específicas, sejam no campo da leitura, matemática ou expressão escrita.

Esse episódio comumente ocorre no início da vida escolar, quando a habilidade para aprender exige ainda mais do uso da memória operacional, da velocidade de processamento das informações ofertadas e do desenvolvimento das habilidades linguísticas, de leitura e escrita.

É nesse momento que a diferenciação entre uma mera dificuldade para aprender e a existência de um transtorno específico da aprendizagem deverá ser estabelecida, tendo em vista que é muito comum que no início da vida escolar existam problemas na aquisição dos conhecimentos acadêmicos sistematizados.

As dificuldades para aprender podem ser comuns, levando-se em consideração as metodologias usadas, formação dos professores, questões de cunho emocional e familiares, carência cultural, alimentar, dentre tantas outras causas que venham a impactar no pleno desenvolvimento humano. No entanto, quando persistentes, essas dificuldades podem afetar sobremaneira o desenvolvimento acadêmico (ROTTA; OHLWEILER; RIESGO, 2016).

O ponto crucial a se entender é que tais dificuldades se devem a diversos fatores (CIASCA, [et al.], 2015), que vão desde as adversidades escolares até os de fato chamados transtornos específicos da aprendizagem.

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM X TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM

Problemas de aprendizagem

A pessoa apresenta resultados abaixo do esperado em atividades escolares como leitura, expressão escrita ou matemática, não conseguindo corresponder às solicitações feitas pelo professor. Porém, o baixo desempenho decorre de causas externas, como: condições nutricionais, ambientais, sociais, familiares e escolares. Além disso, causas orgânicas também interferem diretamente na aprendizagem, como as deficiências e/ou doenças (ARAÚJO, 2002)

Transtornos específicos da aprendizagem

São dificuldades que impactam nos resultados escolares, manifestando-se desde os estágios iniciais do desenvolvimento e persistindo até a idade adulta. Podem ocorrer mesmo se todos os fatores que possam suscitar problemas de aprendizagem forem descartados. São causadas por fatores internos, intrínsecos à pessoa, de ordem neurobiológica, sendo com isso a base das dificuldades. Inclui fatores genéticos, epigenéticos (transmissão de experiências vivenciadas pelos pais para os filhos e que não ocorre por meio do DNA) e ambientais. Assim, não são simplesmente uma consequência de uma falta de oportunidade de aprender, tampouco são decorrentes de qualquer forma de traumatismo.

Os transtornos específicos da aprendizagem são déficits em um ou mais domínios do desempenho acadêmico, expressos por dificuldades em leitura, expressão escrita e habilidades matemáticas, sendo observados em pessoas que, mesmo recebendo a estimulação educacional adequada, demonstram resultados significativamente abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual.

São descritos como “uma disfunção no Sistema Nervoso Central, relacionada à ‘falha’ no processo de aquisição ou do desenvolvimento da leitura, escrita e raciocínio matemático; está relacionada ao caráter funcional direto do termo” (CIASCA, [et al], 2015, p. 213).

Assim, as pessoas com esses transtornos têm dificuldades persistentes no tocante a habilidades acadêmicas, envolvendo a capacidade de fazer relações entre os grafemas e os fonemas. Isso ocasiona dificuldade para a decodificação de palavras isoladas, compreensão da leitura, expressão escrita e ortográfica, raciocínio lógico-matemático e aritmético.

Com isso, a *American Psychiatric Association* (2013) descreve no DSM-5 (2014) os transtornos específicos da aprendizagem, subdividindo-os em três grandes grupos. Ela esclarece também a inexatidão do termo “transtorno”, justificando a escolha do termo pela finalidade de evitar problemas e confusões inerentes ao uso das expressões “doença” ou “enfermidade”.

Até hoje, a causa dos transtornos específicos da aprendizagem ainda não foi totalmente esclarecida, embora sejam conhecidas algumas hipóteses para a sua existência. O que se sabe atualmente é que a sua etiologia é multifatorial (SNOWLING; STACKHOUSE, 2004).

No entanto, mesmo ainda não havendo consenso sobre a sua etiologia, é comum aos cientistas a certeza de que os transtornos específicos da aprendizagem não são consequência de fatores como a existência de: deficiências, sejam elas sensoriais ou intelectuais; doenças neurológicas; e oferta de educação de qualidade (SHAYWITZ, 2006).

TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM?

O *National Joint Committee on Learning Disabilities* conceituou, em 1988, os problemas de aprendizagem da seguinte maneira:

“Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos manifestados por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estes transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se que são devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de auto-regulação, percepção social e interação social, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade de aprendizado. Ainda que as dificuldades de aprendizado possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes como, por exemplo, transtornos emocionais graves ou com influências extrínsecas (tais como as diferenças culturais, instrução inapropriada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências”.

Transtornos específicos da aprendizagem: quais são eles?

Segundo o DSM-5, os transtornos específicos da aprendizagem podem ser classificados em tipos, de acordo com a sua manifestação: o transtorno com prejuízo na leitura; o transtorno com prejuízo na matemática; e o transtorno com prejuízo na expressão escrita. Apesar de serem descritos de maneira separada, é comum que os transtornos específicos da aprendizagem se manifestem combinados.

1. Transtorno com prejuízo na leitura

O primeiro deles, conhecido de forma alternativa como dislexia, acarreta problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldade de ortografia. Por essa razão ele é um transtorno específico das habilidades de leitura. É sempre importante lembrar que essas dificuldades não se relacionam com deficiências sensoriais ou escolarização precária.

Os critérios usados para identificar o Transtorno da Leitura (DSM-5) são:

- Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço (p. ex., lê palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta ou lenta e hesitante, frequentemente adivinha palavras, tem dificuldade de soletrá-las).
- Dificuldade para compreender o sentido do que é lido (p. ex., pode ler o texto com precisão, mas não compreende a sequência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido).

2. Transtorno com prejuízo na expressão escrita

O segundo caso é descrito como prejuízo na expressão escrita. Ele ocorre quando a pessoa expressa, adicionalmente às dificuldades elencadas anteriormente na dislexia, o prejuízo na expressão escrita ou na precisão gramatical, especialmente no campo ortográfico e na pontuação. É comum que haja a combinação de dificuldades na capacidade de compor textos escritos, evidenciada por erros de gramática e pontuação dentro das frases, má organização dos parágrafos, múltiplos erros ortográficos ou má caligrafia.

O Transtorno da Expressão Escrita, de acordo com os critérios diagnósticos do DSM-5, são:

- Dificuldades para ortografar (ou escrever ortograficamente) (p. ex., pode adicionar, omitir ou substituir vogais e consoantes).
- Dificuldades com a expressão escrita (p. ex., comete múltiplos erros de gramática ou pontuação nas frases; emprega organização inadequada de parágrafos; expressão escrita das ideias sem clareza).

3. Transtorno com prejuízo na matemática

O terceiro é especificado como transtorno com prejuízo na matemática, também chamado de **discalculia**. Diz respeito ao modo como a pessoa associa as habilidades matemáticas ao uso social e ao seu cotidiano. Por essa razão, traz problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes.

As características observadas no Transtorno com prejuízo na matemática, segundo o DSM-5, são:

- Dificuldades para dominar o senso numérico, fatos numéricos ou cálculo (p. ex., entende números, sua magnitude e relações de forma insatisfatória; conta com os dedos para adicionar números de um dígito em vez de lembrar o fato aritmético, como fazem os colegas; perde-se no meio de cálculos aritméticos e pode trocar as operações).
- Dificuldades no raciocínio (p. ex., tem grave dificuldade em aplicar conceitos, fatos ou operações matemáticas para solucionar problemas quantitativos).

DADOS LEGAIS

No Brasil não há ainda uma legislação específica ou uma política nacional exclusiva para a garantia dos direitos das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem. No entanto, não é a ausência de legislação específica que diminui o direito à educação, tendo em vista que a Constituição Federal garante este direito a todos os brasileiros.

Segundo ela, a Educação é um direito de todos. Isso significa que as instituições de ensino têm o dever de ofertar o atendimento educacional necessário, além de estratégias pedagógicas condizentes com as especificidades dos seus estudantes, a fim de que eles se apropriem do conhecimento e se desenvolvam com dignidade.

Além da Constituição, dispositivos como a Declaração de Salamanca (1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional Brasileira (1996); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Declaração de Incheon (2015), reforçam o direito à educação de qualidade para todos.

Atualmente, a sociedade brasileira aguarda a aprovação do Projeto de Lei nº 7081/10, que visa garantir o funcionamento de um programa de acompanhamento integral para pessoas com dislexia, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) ou de qualquer outro transtorno de aprendizagem.

Entendendo as necessidades provocadas pelos transtornos específicos da aprendizagem as instituições de ensino devem garantir nos processos seletivos e concursos públicos, a oferta de atendimento diferenciado em sala de aula e adaptações de provas.

No entanto, é importante lembrar os transtornos específicos da aprendizagem não são deficiências, por isso, essas pessoas não têm direito de ocupar vagas reservadas em concursos públicos e processos seletivos para esse fim. Contudo, possuem prerrogativas para atendimento diferenciado durante a realização de avaliações nas instituições escolares em concursos e processos seletivos.

Assim, são indicadas adaptações como o auxílio do leitor e do transcritor e maior tempo de prova, além de correção diferenciada de provas escritas, a fim de considerar as características linguísticas oriundas das dificuldades geradas pelo transtorno.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Visando atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes com transtornos específicos da aprendizagem, são sugeridas estratégias didático-pedagógicas que contemplem as especificidades dessas pessoas, as quais devem ser usadas desde o período anterior às aulas até as atividades avaliativas.

É importante enfatizar que essas adaptações devem ser adotadas de forma planejada, de modo a não oferecer prejuízos ao processo de avaliação da aprendizagem. Assim, sugere-se:

Orientação acadêmica

- No processo de matrícula, considerando-se a possibilidade de redução dos componentes curriculares a serem cursados semestralmente, bem como a mescla da natureza das disciplinas segundo níveis de complexidade e exigências;
- Organização das atividades acadêmicas e do planejamento do semestre.

Ao longo do período letivo

- Disponibilização de professores e/ou monitores para:
 - Auxiliar no estabelecimento de estratégias de estudo e organização, como tomada de notas, resumos, fichamentos, diagramas, preparação e realização de testes e conclusão de trabalhos;
 - Orientar e ajudar na organização das atividades, no estabelecimento de uma rotina de estudos e no manejo dos prazos;
 - Manter diálogo sobre suas necessidades, dificuldades e possibilidades, de modo que o estudante se sinta mais motivado.

Anteriormente às aulas presenciais

- Disponibilização prévia de slides, resumos e fichamentos com a síntese dos conteúdos acadêmicos ministrados, de modo a melhorar a compreensão do conteúdo em sala de aula;
- Disponibilização de roteiro detalhado de estudos;
- Disponibilização de horários para plantão de dúvidas (com professores e/ou monitores).

Em sala de aula

- Lançar mão de metodologias ativas em detrimento às aulas expositivas e pautadas apenas em materiais impressos;
- Evitar pedir para o estudante realizar leituras em voz alta ou atividades na frente dos demais alunos;
- Utilizar linguagem clara, direta e objetiva, evitando ambiguidades;
- Demonstrar em situações práticas, ou por meio de imagens, o conceito a ser exposto;
- Utilizar mais intensivamente esquemas e mapas conceituais, apoiando-se nas vias visuais;
- Sugerir dicas, atalhos ou associações que o ajudem a lembrar, executar atividades ou resolver problemas;
- Ao utilizar slides:
 - Aumentar o espaçamento entre linhas;
 - Elaborar slides com contraste entre fundo e fonte;
 - Evitar utilizar fontes artísticas, sempre optando por estilos como por exemplo: Times New Roman, Arial e Tahoma.
- Disponibilizar professores para plantão de dúvidas.
- Usar mais intensivamente recursos audiovisuais, como slides e filmes;
- Realizar revisões sistemáticas do conteúdo, visando melhorar o processo de compreensão e memorização;

- Oferecer feedback a respeito do desempenho do estudante, elogiando-o a cada conquista de modo a elevar sua autoestima, bem como oferecendo orientações construtivas com relação aos erros que venham a acontecer.

Sobre o material utilizado

- Evitar materiais extensos e repetitivos, utilizando, caso seja possível, bibliografia alternativa mais sintetizada;
- Substituir ou complementar textos extensos por ilustrações, imagens, esquemas, fluxogramas ou gráficos, de modo que o estudante possa se apoiar nestes para recuperar o conteúdo e compensar eventuais dificuldades de abstração;
- Disponibilizar videoaulas como referências complementares.

Em atividades avaliativas

- Realizar avaliações em locais reservados e silenciosos e, quando necessário, em espaço físico alternativo ao utilizado pelos demais alunos;
- Auxiliar na compreensão do código escrito por meio de leitor e transcritor, quando necessário, na realização de exercícios, trabalhos e provas.
- Flexibilizar critérios de correção, em se considerando as especificidades da escrita do estudante com dislexia no que diz respeito à obediência às normas sintáticas e ortográficas (omissões, inversões, etc.);
- Adotar estilos avaliativos que proporcionem o aprendizado durante a realização e forneçam atalhos para a recuperação mnemônica do conteúdo;
- Substituir ou complementar textos extensos por ilustrações, imagens, esquemas, fluxogramas ou gráficos, de modo que o estudante possa se apoiar nestes para recuperar o conteúdo;
- Estabelecer prazos ampliados para a entrega de trabalhos e a preparação para as provas, por meio de cronograma alternativo a ser organizado entre professor e aluno ou;
- Disponibilizar tempo adicional para a realização de atividades acadêmicas, como exercícios, trabalhos e provas.

INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS NA UFRN

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE

Site: <http://www.proae.ufrn.br/>

Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência – CAPAP:

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;
Telefone: (84) 3215-3309 / 3312

Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante – CASE:

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;
Telefone: (84) 3342-2278 – Ramal: 7

Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - CAENE

Localização: Centro de Convivência Djalma Marinho
Telefones: (84) 3342-2232 / (84) 99480-6834
E-mail: inclusao@reitoria.ufrn.br
Site: www.caene.ufrn.br

Núcleo de Apoio ao Discente – NADIS - CCSA

Localização: Campus Central da UFRN - NEPSA I
Telefone: (84) 3342-2288 – Ramal: 110 / (84) 99474-6756
E-mail: nadisccsa@gmail.com

Central de Atendimento ao Discente - CADIS (Relógio do Sol)

Localização: Campus Central da UFRN - Relógio do Sol

Telefone: (84) 3342-2278 - Ramal: 6

e-mail: assuntos_estudantis@reitoria.ufrn.br

Curso de Licenciatura em Letras-Libras/LP

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA)

E-mail: coordletras.cchla@gmail.com

Telefone: (84) 3342-2220 – Ramal:2

Comitê dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa da UFRN

Localização: Campus Central da UFRN – Departamento de Letras UFRN

E-mail: coordtils@gmail.com/ secletras@cchla.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2220 - Ramais: 200 e 201 / 9474-6717

Laboratório de Tecnologia Educacional do Centro de Educação UFRN

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Educação

E-mail: lte@ce.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2270

Site: <http://lte.ce.ufrn.br/>

Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Localização: Biblioteca Central Zila Mamede

Telefone: (84) 3342-2260 (opção 4 + opção 6)

E-mail: l.acessibilidade@gmail.com

Site: <https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/>

Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA

Localização: Campus Central da UFRN

Telefone: (84) 3342-2234

Site: <https://ufrnsepa.wordpress.com/>

LINKS ÚTEIS

Associação Brasileira de Dislexia – ABD:

<http://www.dislexia.org.br/>

Instituto ABCD:

<https://www.institutoabcd.org.br/>

Associação Nacional de Dislexia – AND:

<http://www.andislexia.org.br/>

National Joint Committee on Learning Disabilities - NJCLD:

<https://njcld.org/>

DilexClub:

<https://www.dislexclub.com/>

Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – MEC:

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao>

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CIASCA, S. M. (org.) **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, 220p.

CIASCA, Sylvia Maria; RODRIGUES, Sônia das Dores; SALGADO-AZONI, Cíntia Alves. **Transtornos específicos da aprendizagem: neurociência e interdisciplinaridade**. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2015.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Artmed Editora, 2016.

SNOWLING, Margaret, STACKHOUSE, Joy. **Dislexia, fala e linguagem: um manual do profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SNOWLING, Margareth J.; HULME, Charles (orgs.). **A ciência da leitura**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2006.



FICHA TÉCNICA

Projeto	Edital N° 02/2018 – Projeto de Apoio à Melhoria na Qualidade do Ensino de Graduação (PAMQEG)
Recursos	Fundo Acadêmico de Ensino de Graduação
Pró-reitora de Graduação	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá
Título	INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Autora	Elaine Cristina de Moura Rodrigues Medeiros
Coordenação editorial	Sarah Lima
Revisão de Língua Portuguesa e de Estrutura	Jéssica Santos de Oliveira
Capa, Projeto gráfico e Diagramação	Amanda Marques
Formato	E-book PDF
Tipologia	Montserrat e Avenir
Local e data	Natal (RN), 2019



Depsi

